

**FR.2024.0407**

Belo Horizonte/MG, 09 de fevereiro 2024.

**Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)**

**A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO**

*- Protocolo via Sistema Eletrônico -*

**REF.:** *Manifestação ao Item 8 da Pauta da 74ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)*

**FUNDAÇÃO RENOVA** ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, **manifestar-se acerca do item 8 da Pauta da 74ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º<sup>1</sup>, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")<sup>2</sup>, nos termos que se seguem.

1. O referido item de pauta (8.1.) consiste em pedido feito pela Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais ("CT-IPCT"), por meio da **Nota Técnica n.º 51/2023/CT-IPCT/CIF** ("Nota Técnica nº 51"), para que o CIF confirme a validade da **Deliberação CIF nº 691/2023** ("Deliberação CIF nº 691") e desconsidere a Impugnação apresentada pela FUNDAÇÃO.

2. Em sendo confirmada a validade da Deliberação CIF nº 691, requer a CT-IPCT que a FUNDAÇÃO incorpore o Quilombo Vila Santa Efigênia e os Quilombos

---

<sup>1</sup> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

<sup>2</sup> Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

do Sapê do Norte ("Comunidades Quilombolas") ao **Programa de Proteção e Qualidade de Vida de Outras Comunidades Tradicionais** ("PG-04"), bem como realize estudos específicos junto a estas para identificar os danos e apresentar os respectivos Planos de Reparação.

3. Além disso, requer a CT-IPCT que **(i)** a FUNDAÇÃO inicie a elaboração dos estudos em questão em até 30 (trinta) dias após a entrega do Termo de Referência e **(ii)** seja aplicada multa punitiva e multa diária, conforme prevê o §2º da Cláusula 247, em decorrência do descumprimento injustificado do item 4, da Deliberação CIF nº 691.

4. Diante disso, vem a FUNDAÇÃO se manifestar acerca do Item 8.1. da Pauta da 74ª Reunião Ordinária do CIF, no intuito de apresentar as razões pelas quais a Nota Técnica nº 51 deve ser **reprovada**, nos termos que se seguem.

#### **I – CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

5. Nos termos da **Cláusula 51 e 52 do TTAC**, "*compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuam formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*" e "*entendem-se como Territórios Tradicionais os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos Povos e Comunidades Tradicionais, utilizados de forma permanente, mesmo que com uso efetivo sazonal*".

6. Além disso, o PG-04 foi planejado e vem sendo executado com base no art. 68 do ADCT; na Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; no Decreto nº 4.887, de 2º de novembro de 2003; no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, bem como a Convenção nº 169 da OIT, a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

7. O principal objetivo do PG-04 é reparar impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais identificados, assim como promover o desenvolvimento

integrado das comunidades tradicionais direta ou indiretamente impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão (“Rompimento”).

8. Em dezembro de 2016, a FUNDAÇÃO Cultural Palmares (“FCP”) reconheceu e certificou a Comunidade de Degredo, em Linhares, como Quilombo, através de tratativa específica.

9. A partir desse reconhecimento, foi estruturado um Termo de Referência para contratação de consultoria para realização de Estudo de Componente Quilombola (“ECQ”). Em 06.05.2017, foi realizada a reunião de apresentação desta consultoria pela FCP, na qual também estavam presentes a Casa Civil da Presidência da República e a FUNDAÇÃO, tendo sido encaminhada a estruturação de uma rotina de diálogo e grupos de trabalho para as tratativas emergenciais.

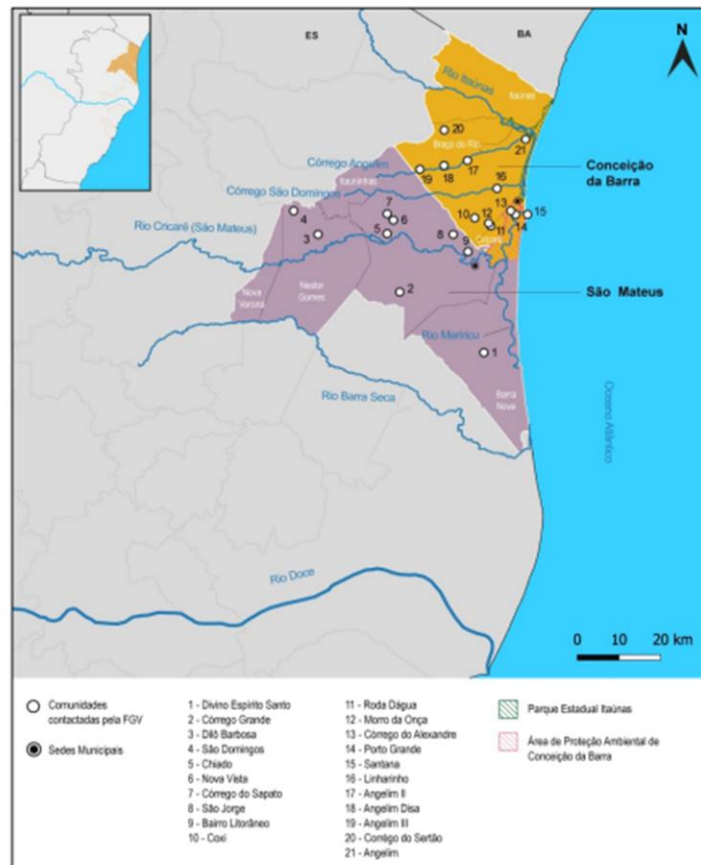
10. Portanto, a exemplo da inclusão da Comunidade quilombola de Degredo no PG-04, caso haja indícios a serem trazidos pelo Poder Público de outras comunidades tradicionais que tenham sido afetadas pelo Rompimento, nos termos da Cláusula 50 do TTAC, a FUNDAÇÃO deverá adotar o mesmo procedimento para o seu reconhecimento.

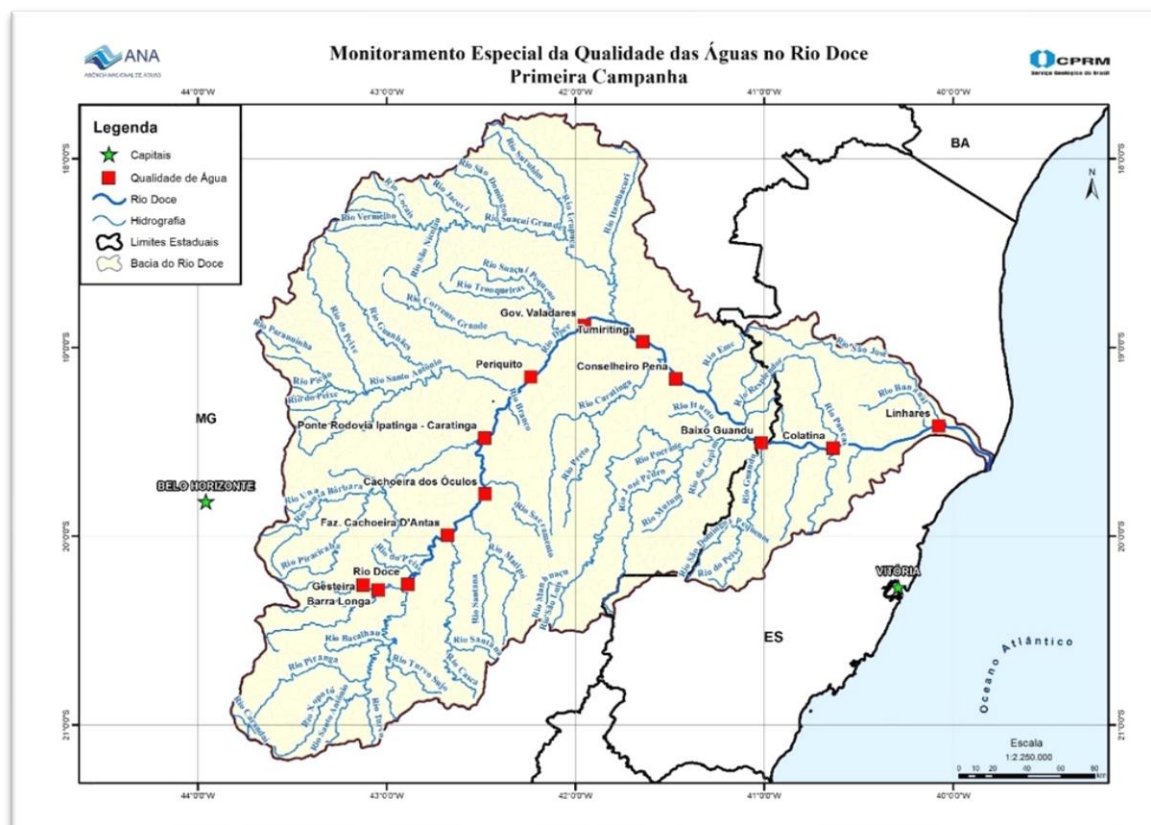
11. Feitas as ponderações supra, se passará a demonstrar a seguir as razões pelas quais a Nota Técnica nº 51 não deve ser aprovada e, conseqüentemente, a Deliberação CIF nº 691 não deve ser validada por este I. Comitê.

## **II – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DO QUILOMBO VILA SANTA EFIGÊNIA E DOS QUILOMBOS DO SAPÊ DO NORTE NAS AÇÕES DO PG-04**

12. Inicialmente, cumpre apontar que em relação aos Quilombos do Sapé do Norte, o principal curso d’água, proveniente do litoral norte do Espírito Santo, é o Rio Cricaré (ou Rio São Mateus), o qual **não se relaciona com o Rio Doce**, de modo que não houve o carreamento de rejeito nos rios da região por qualquer de seus afluentes. Veja-se imagens a seguir:

**Figura 4 — Distribuição das comunidades quilombolas consultadas, que integram o território Sapê do Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, litoral Norte do Espírito Santo**





13. Em relação às 28 comunidades quilombolas remanescentes do território de Sapê do Norte, listadas na ***Nota Técnica nº 49/2023 da CT-IPCT***, apenas uma delas – a de Santana – está localizada no litoral, mais precisamente na foz do Rio Cricaré (São Mateus). As demais estão localizadas no interior do continente, às margens dos diversos cursos d'água da bacia hidrográfica do Rio Cricaré, o qual, ressalte-se, não foi afetado pelo Rompimento.

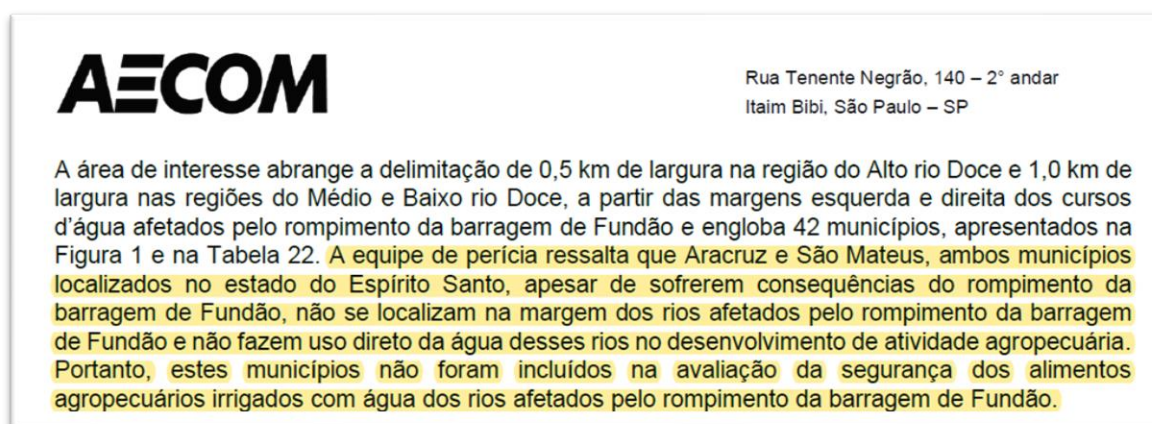
14. Nesse sentido, inclusive, a perícia realizada nos autos do Processo nº 1000412- 91.2020.4.01.3800 (“Eixo Prioritário nº 6”) não foi capaz de demonstrar a existência de impacto – direto ou indireto – a tais comunidades que sejam decorrentes do Rompimento, pois em nenhum dos levantamentos realizados pela AECOM (Relatório 58 e 59) observou qualquer dano nos cursos d'água acima mencionados.

15. Ainda, importante ressaltar que no próprio Relatório nº 59 (“Lauda Pericial da Segurança do Alimento – Produtos Agropecuários”) há a ressalva de que o Município de São Mateus/ES **não foi incluído na avaliação da segurança dos alimentos agropecuários irrigados com água dos rios afetados pelo Rompimento**, por se tratar de Município que **não se localiza na margem dos**

**rios afetados e não fazer uso direto da água captada do Rio Doce para o desenvolvimento de atividade agropecuária.**

16. Além disso, sequer há menção no referido documento ao Município de Conceição da Barra/ES, que, reitere-se, situa-se ao norte de São Mateus/ES, sendo ainda mais distante da foz do Rio Doce.

17. Veja-se:



18. Importa rememorar que o Município de São Mateus, no Espírito Santo, não compõe o rol de municípios atingidos pelo do Rompimento, notadamente aqueles elencados na Cláusula 01, incisos VII e VIII, do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta ("TTAC")<sup>3</sup>, de modo que, sendo o propósito instituidor da FUNDAÇÃO o cumprimento do quanto previsto no acordo, não é possível e tampouco viável o atendimento à área.

19. Nesse sentido, impor à FUNDAÇÃO o cumprimento de medidas em município não abrangido pelo TTAC seria agir em desconformidade com seu o propósito instituidor – reparar integralmente todos os danos que sejam comprovadamente decorrentes do Rompimento, de modo célere, eficiente e isonômico.

20. Inclusive, em recente decisão, proferida nos autos do processo nº 1013996-85.2023.4.06.3800, o Poder Judiciário reconheceu que, a despeito da

<sup>3</sup> "VII. MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECÔNÔMICA: Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Rio Casca, Sem-Peixe, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo-D'Água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobralia, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés.

VIII. MUNICÍPIOS E LOCALIDADES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECÔNÔMICA: Baixo Guandu, Colatina, Barra do Riacho em Aracruz, Marilândia e Linhares, além das áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas."



peculiaridade da matéria envolvendo o Rompimento, aqueles que não estão dentro da área de abrangência do TTAC não possuem interesse em pleitear a execução das medidas reparatórias e compensatórias ali impostas à FUNDAÇÃO. Vejamos:

*Ainda que outros municípios tenham interesse em integrar a área de abrangência do TTAC e demais acordos, não pode o judiciário ampliar o acordo a partir de provocação de terceiros. O acordo, apesar de todas as suas dificuldades, foi homologado e deve produzir seus efeitos jurídicos. A sua revisão se dá por meio de outro acordo entre as mesmas partes que o celebraram. Terceiros não podem pretender a sua inclusão como parte ou como beneficiários de seus efeitos. (...) Se houver outras áreas além das abrangidas pelo TTAC, cabe ao poder público, incluindo Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, tomar as medidas jurídicas cabíveis, que podem ser semelhantes às do TTAC ou não. Para além da atividade de interpretação do TTAC, a qual foi atribuída pelas próprias partes ao judiciário, a solução jurídica possível para criação de novas normas ou alteração substancial de seus termos repousa no processo de repactuação ora conduzido. Quanto aos municípios que apresentaram suas manifestações, indefiro o seu pleito de reconhecimento como áreas afetadas para integrarem a área de abrangência, por inadequação da via eleita. Como exposto, não existe a figura de eixo prioritário na legislação processual civil e não há interesse de agir para integrar a área de abrangência do TTAC, conforme fundamentação acima.*

21. Como brilhantemente pontuado pelo MM. Juízo na r. decisão acima transcrita, qualquer alteração e ampliação quanto à interpretação do TTAC e sua abrangência deverá ser tratada em via própria e adequada para a solução da controvérsia existente – qual seja, a renegociação dos termos do instrumento, o que somente pode ser admitido.

22. Nesse sentido, não se pode falar em inclusão de novas áreas para atendimento da FUNDAÇÃO, conforme, inclusive, decisão pelo Des. Relator Ricardo Rabelo em 27.10.2023 (1º anexo), nos autos dos Agravos de Instrumento nº 1004074-71.2023.4.06.0000, 1004077-26.2023.4.06.0000 e 1004185-55.2023.4.06.0000, interpostos nos autos do Incidente de Divergência nº 1040611-58.2020.4.01.3800.

23. Isso porque, na referida decisão restou consignado que “a questão relativa à inclusão de novos municípios possivelmente impactados pelo evento a esta altura, decorridos mais de 7 (sete) anos do acidente, sem contundente e robusta prova técnica mostra-se precipitada”.

24. Verifica-se, portanto, que a questão atinente à inclusão de “novas áreas” nos programas da FUNDAÇÃO está pendente de discussão no Judiciário,

sendo objeto de Incidente de Divergência, **devendo-se aguardar a sua conclusão para se verificar a pertinência do atendimento às questões ora apresentadas**. Reitera-se, ainda, nos termos da decisão proferida pelo Des. Ricardo Rabelo, que **inexiste contundente e robusta prova técnica que reconheça os impactos alegados na Nota Técnica nº 51 e na Deliberação CIF nº 691, tanto que, ordenou-se a realização de prova pericial**.

25. Passo seguinte, no que diz respeito ao Quilombo da Vila Santa Efigênia, localizado em Mariana/MG, **a própria Nota Técnica nº 51 reconhece que não foi apresentada a devida fundamentação no Parecer nº 1/2023/CP02DPA/DPA/PR da FCP**, o qual, frise-se, não apresentou indícios de impactos à comunidade aptos a justificar o posicionamento inicialmente apresentado pela CT-IPCT em 21.12.2016 através do **Ofício nº 17/2017-GAB-FCP**. Veja-se o trecho a seguir:

*Por seu turno, em relação à comunidade quilombola de Vila Santa Efigênia, localizada em Mariana/MG, reconhecemos que ela não recebeu a devida atenção do Parecer nº 01/2023CP02DPA/DPA/PR da Fundação Cultural Palmares, nem da Nota Técnica nº 49/2023/CT-IPCT.*

26. Posteriormente, a CT-IPCT realizou visita técnica ao Quilombo da Vila Santa Efigênia, visando constatar indícios de danos e impactos decorrentes do Rompimento.

27. Ocorre que, conforme previsão da Cláusula 50 do TTAC, somente o Poder Público – mais especificamente, o órgão competente: FCP – poderia reconhecer a existência de **(i)** comunidades tradicionais e **(ii)** indícios de danos, decorrentes do Rompimento, aptos a serem tratados através do PG-04, não sendo o caso da CT-IPCT, pois ela não guarda a condição de órgão vinculado à administração pública, mas sim, uma instância de apoio técnico ao CIF, conforme previsto no TAC-GOV (Cláusula Quadragésima Primeira, Parágrafo Primeiro). Veja-se:

**CLÁUSULA 50:** *Caso haja indícios trazidos **pelo PODER PÚBLICO** de outras comunidades tradicionais que tenham sido porventura impactadas pelo EVENTO, a FUNDAÇÃO deverá adotar o mesmo procedimento previsto nesta subseção.*



28. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Comunidade Remanescente Quilombola de Degredo, em Linhares/ES, mencionada inicialmente. O atendimento a essa comunidade não estava expressamente previsto no TTAC, no entanto, a FCP, entidade representante do poder público e responsável pela definição de políticas voltadas aos quilombolas, indicou e validou essa comunidade como afetada pelo Rompimento, o que fez com que tal comunidade fosse incluída no escopo do PG-04 após o cumprimento de todos os procedimentos necessários.

29. Portanto, não pode a CT-IPCT exercer função que não lhe é devida e servir a sua opinião como argumento e veredito final para que sejam inseridas as Comunidades Quilombolas no escopo do PG-04.

30. O papel da CT-IPCT é de apoiar o CIF assegurando o bom andamento dos programas de recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais, orientando e fiscalizando o seu fiel cumprimento de acordo com os termos estabelecidos no TTAC. A CT-IPCT, assim como as demais Câmaras Técnicas, **não tem competência para criar ou impor obrigações à FUNDAÇÃO que extrapolem premissas definidas no TTAC.**

31. No mesmo sentido está a impossibilidade do CIF se apoiar em atribuições e competências destinadas ao Poder Público, pois, além de não encontrar respaldo legal, encontra sérios óbices no TTAC, conforme previsto em sua **Cláusula 01, XV**, que ao apresentar como premissa interpretativa vinculante sobre o que seria o “Poder Público” no âmbito do acordo, não fez qualquer menção aos membros do CT-IPCT ou do CIF.

32. Ainda, em sua **Cláusula 04**, veda a possibilidade das obrigações estipuladas no TTAC limitarem ou substituírem as prerrogativas legalmente atribuídas aos órgãos e entidades do Poder Público. Observe-se:

**“CLÁUSULA 01:** O presente ACORDO será delimitado e interpretado a partir das seguintes definições técnicas: I. [...]. XV. PODER PÚBLICO: órgãos e entidades públicos integrantes ou vinculados aos COMPROMITENTES e que, em razão de suas atribuições institucionais, tenham competência para regulamentar e/ou fiscalizar ações relacionadas a um determinado PROGRAMA.”

\*\*\*

**“CLÁUSULA 04:** As obrigações estabelecidas por meio deste Acordo não limitam ou substituem as prerrogativas legalmente atribuídas aos órgãos e

*entidades do PODER PÚBLICO e aos órgãos e entidades competentes para a fiscalização, licenciamento e autorização das atividades das (sic) SAMARCO.”*

33. Portanto, a despeito do quanto pretendido pela Nota Técnica nº 51, subsiste a insuficiência de atendimento à materialidade da Cláusula 50 do TTAC, face à ausência de pronunciamento do órgão público competente, vício trazido inicialmente pela FUNDAÇÃO em sua impugnação, reconhecido na Nota Técnica nº 51, mas não solucionado por ela.

34. Além da questão legal exposta, observa-se que apenas uma visita realizada pela CT-IPCT não é suficiente para a demonstração de indícios de impactos, tampouco que estes possuam nexo de causalidade com o Rompimento. Como se observa da nota técnica, as percepções apresentadas não têm aprofundamento técnico.

35. Por fim, vale mencionar que qualquer referência feita pela CT-IPCT à construção da Estação de Tratamento de Água (“ETA”) no Distrito de Furquim e os supostos impactos gerados pelas obras na Quilombo da Vila Santa Efigênia não merecem prosperar. Isso porque, não há qualquer interferência das obras no território quilombola, como, por exemplo, aquelas que poderiam ser geradas pelo trânsito de caminhões.

36. Quanto à construção em si da ETA no Distrito de Furquim, salienta-se que nessa localizada o abastecimento de água foi impactado em decorrência do Rompimento e **há previsão expressa no TTAC** para a execução do projeto, enquanto para o Quilombo de Santa Efigênia não há evidências de impacto do Rompimento em seu abastecimento hídrico.

37. Desse modo, restam demonstradas as razões pelas quais não merecem ser acolhidos os argumentos da CT-IPCT, de modo que a Nota Técnica nº 51 deve ser **reprovada** pelo CIF, não devendo ser incorporadas as Comunidades Quilombolas ao PG-04.

### III – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DO ITEM 4 DA DELIBERAÇÃO CIF Nº 691

38. O Item 4 da Deliberação CIF nº 691 determina “o *início imediato da implementação das ações do Auxílio Financeiro Emergencial conforme tratativas da CT-IPCT*”.

39. As “*tratativas da CT-IPCT*” mencionadas acima dizem respeito à **Nota Técnica nº 50/2023/CT-IPCT/CIF** (“Nota Técnica nº 50”) a qual recomenda, em seus Itens 5 e 6, o seguinte:

**Item 5:** *O cadastramento de seus membros e a inclusão desses e de seus/suas dependentes no AFE são obrigatórios, produzindo reconhecimento automático do atendimento aos requisitos e critérios desses programas.*

\*\*\*

**Item 6:** *O Cadastro e o AFE devem permanecer abertos aos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, considerando que há famílias desses grupos até hoje não devidamente atendidas e que novos povos e comunidades vêm sendo reconhecidos pelo CIF como atingidos.*

40. Pois bem. A determinação em questão, para que a FUNDAÇÃO realize o cadastro dos membros das Comunidades Quilombolas para recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial (“AFE”), configura manifesto descumprimento à decisão proferida em 30.10.2021 nos autos do Processo nº 1000415-46.2020.4.01.3800 (“Eixo Prioritário 7”), em trâmite perante a 4ª Vara Federal, na qual foi determinado que o cadastro para fins de elegibilidade aos Programas Socioeconômicos executados pela FUNDAÇÃO - dentre os quais estão inclusos o PG-04 e o **Programa de Auxílio Financeiro Emergencial** (“PG-21”) - **apenas seria realizado para aqueles que formalizassem a sua solicitação até 31.12.2021**. Observe-se:

*“[...] Consoante já dito, houve tempo mais do que suficiente (06 anos) para que as pessoas se manifestassem perante a Fundação Renova reivindicando a condição de atingidos/implementados, fazendo valer seus respectivos direitos. Basta “telefonar” para um número 0800 (ou comparecer a uma central de atendimento da Renova) informando o seu desejo de ser cadastrado como impactado e nada mais. É preciso, assim, colocar uma data limite para que as “solicitações/manifestações de cadastro” sejam admitidas, sob pena de ter um universo eterno de atingidos reclamando essa condição, impedindo a delimitação objetiva do universo de pessoas a serem tratadas pelo sistema, incentivando fraudes e mais fraudes, e, por fim, obstando qualquer*

*programação financeira-orçamentária por parte da Fundação Renova. Assim sendo, para fins de acesso ao Programa de Indenização Mediada ("PIM") e demais programas socioeconômicos previstos no TTAC, tenho que as "solicitações/manifestações de cadastros" devem ser admitidas pela Fundação Renova até 31 de dezembro de 2021, findo o qual considera-se definitivamente encerrada essa fase preliminar. Registre-se que se está oportunizando ao indivíduo manifestamente silente (inerte) o prazo total de 06 anos e 02 meses para que o mesmo "telefone" para um número 0800 (ou compareça a uma central de atendimento da Renova) informando o seu desejo de ser cadastrado como impactado. [...]"*

41. Logo, observa-se que a recomendação feita pela Nota Técnica nº 50 e acolhida pela Deliberação CIF nº 691 não possui qualquer respaldo legal.
42. Passo seguinte, importante salientar que existem critérios específicos para o pagamento do AFE, conforme previsto nas Cláusulas 137 a 140 do TTAC. Mais especificamente, devem ser respeitados 4 quesitos cumulativos básicos: **(i)** o comprometimento da renda; **(ii)** que esse comprometimento da renda tenha sido causado por uma interrupção comprovada de atividades econômicas ou produtivas; **(iii)** que essa interrupção comprovada seja diretamente decorrente do Rompimento; e **(iv)** que existia uma dependência financeira em relação a essa atividade interrompida. Toda essa análise seria realizada pelo PG-21 após o cadastramento do requerente.
43. Referido auxílio seria devido até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas. Na hipótese de inviabilidade de retomada das atividades, o benefício persistiria até que fossem estabelecidas as condições para nova atividade produtiva em substituição à anterior.
44. Ocorre que, conforme se observa da Nota Técnica nº 50, não há sequer um critério objetivo para o pagamento do AFE, tampouco estão sendo respeitos os critérios determinados pelo TTAC e pelo PG-21 para pagamento do AFE – o que não se pode admitir.
45. Ora, o simples autorreconhecimento ou a identificação das Comunidades Quilombolas da forma como entendem não são elementos suficientes para configurar a elegibilidade ao AFE.
46. Inclusive, importante mencionar também que o escopo do PG-21, que foi definido pelo CIF por meio da **Deliberação CIF nº 420**, não prevê qualquer

um desses requisitos mencionados na Nota Técnica nº 50 para a concessão do AFE, de modo que o tema sequer poderia ser novamente discutido no âmbito do CIF - art. 18, §7º, do Regimento Interno do CIF.

47. Além disso, o CIF, de forma unilateral, não possui poderes para alterar os critérios de elegibilidade ao AFE. Repise-se o quanto previsto nos termos da Cláusula 242, §4º, do TTAC: *“o CIF foi constituído com a função exclusiva de acompanhar, monitorar e fiscalizar a condução dos trabalhos da Fundação Renova, não sendo a ele atribuída a faculdade de extrapolar ou inovar as disposições do referido acordo”*.

48. Dito isso, independente de qual seja o prisma que se olhe para a presente situação, o Item 4 da Deliberação CIF nº 691 não deve ser levado adiante, seja pela **(i)** existência de determinação judicial dispondo o contrário; **(ii)** inobservância dos critérios pré-estabelecidos pelo TTAC e pelo PG-21 para o pagamento do AFE; ou **(iii)** impossibilidade de o CIF alterar, de forma unilateral, os critérios para elegibilidade do AFE.

49. Além do quanto exposto e ressalvada a contrariedade da FUNDAÇÃO sobre o teor da Nota Técnica nº 50, soa contraditório a CT-IPCT pretender aplicar multa por suposto não cumprimento do item 4 da Deliberação 691/2023 – que diz respeito à concessão de AFE às comunidades quilombolas em questão, se somente agora ela pretendeu regulamentar junto ao CIF o procedimento de concessão desse auxílio para comunidades tradicionais e indígenas através da Nota Técnica nº 50.

50. Se a FUNDAÇÃO acatasse o cumprimento do item 4 da Deliberação 691/2023, na ótica da CT-IPCT estaria em descumprimento, considerando a metodologia (equivocada) defendida na Nota Técnica nº 50, que destoa da metodologia prevista no TTAC para concessão do AFE e adotada pela FUNDAÇÃO, de modo que em tese, levando em conta a metodologia somente agora apresentada na Nota Técnica nº 50, a obrigação de concessão de AFE determinada no item 4 da Deliberação 691/2023, era inexecutável, não podendo-se pleitear a aplicação de penalidade por suposto descumprimento de uma obrigação inexecutável, ao menos em tese.

51. De toda forma, por todas as razões expostas pela insubsistência da Nota Técnica nº 50, somando-se o fato de pender discussão judicial para configuração de impacto nos territórios quilombolas do Sapê do Norte face à judicialização em curso da Deliberação CIF nº 58/2017, e não haver cumprimento adequado da Cláusula 50 do TTAC pelo poder público competente, é insubsistente a pretensão concernente à aplicação de multa à FUNDAÇÃO pelo suposto descumprimento do item 4 da Deliberação 691/2023.

## VI – CONCLUSÃO

52. Tendo em vista o exposto, a FUNDAÇÃO requer seja **reprovada** a Nota Técnica nº 51, indicada no item 8 da pauta pelos membros do CIF, não devendo **(i)** ser incorporadas as Comunidades Quilombolas ao PG-04, **(ii)** a FUNDAÇÃO iniciar a elaboração dos estudos sobre essas comunidades em até 30 (trinta) dias após a entrega do Termo de Referência e **(iii)** ser aplicada multa punitiva e multa diária, conforme prevê o §2º da Cláusula 247, em decorrência do descumprimento injustificado do item 4, da Deliberação CIF nº 691.

## FUNDAÇÃO RENOVA

DocuSigned by:  
*Adebal de Andrade Júnior*  
A3C0B8231BCD4E3...

**MARIA ALBANITA ROBERTA DE LIMA**

PROGRAMA DE PROTEÇÃO E  
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA  
DOS POVOS INDÍGENAS

DocuSigned by:  
*Priscila Ohira*  
0C5731B71AC747C...

**PRISCILA OHIRA**

PROGRAMA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO  
DA QUALIDADE DE VIDA DE OUTROS POVOS  
E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DocuSigned by:  
*Ronaldo Felício Moyses Filho*  
C20FE6CF05BF4CA...

**RONALDO FELÍCIO MOYSES FILHO**

GERÊNCIA PIM/AFE

DocuSigned by:  
*Júlio Moreira Gomes*  
1DF51A60395E49F...

**JÚLIO MOREIRA GOMES**

GERÊNCIA JURÍDICA